

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

ATA DE REUNIÃO

Pauta: Única - Estrutura do Grupo de Trabalho Sobre Política Municipal de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Participantes poder público: Zoraide Caobianco Modenutte (DPE - NESC), Nathalia Prince (SMDHC - ODH), Jhonatas da Silva (ODH), Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos e Familiares), Paula Santos (SMDHC - Egressos e Familiares), Julia Lima (SMDHC - Egressos e Familiares), Ellen Souza (SMDHC - CPDDH), Clarice Shiozawa (SMDHC - CPD), Isabela Lemos (CPD), Lucas Molino (SMDHC - CPPSR), Bruno (SMDHC - CPPSR), Bryan Zelmar (SMDHC - CPIPTD), Suzana de Rosa (SMDHC - CPPI), Joyce Barbosa (SMDHC - CPM), Lucas Roberto Gonçalves da Silva (SAP - CRSC), Adriana Fernandes da Silva (SME - DIEJA), Ana Katarina Barbosa (SMDHC - CPIR), Diego Polachini (DPE - NESC), Marcelo (SGM - SEPE), Kauanne Santos (SGM - SEPE), Katia Muniz Amirati (STS Lapa Pinheiros).

Participantes Sociedade Civil: Samira Alves Matos (CnR), Gustavo Ocete (CnR), Hívia Souza (BOMPAR), Núbia Dias (BOMPAR), Isabela Oliveira (Conectas Direitos Humanos), Joyce (CnR), Thiago Felipe (CnR), Adelaide Lorena Fernandes, Maria Alice Pellegrini Vergueiro, Patricia D Alvia Pedro, Lindalva Ferreira (Comitê Pop Rua), Filipe Thallys Souza Silva (Comitê Pop Rua), Guilherme Roberto Guerra, Isabela Pechinin, Fernanda Silveira (CnR).

Participantes Organização Social: Helen Baum (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere), Mary Jello (Coletivo por Nós), Heloisa de Freitas (ITTC), Audrey Baz (Instituto Recomeçar), Joel Novaes (Instituto Recomeçar), Maria Railda Silva (Amparar), Sofia Fromer (ITTC), Miriam Duarte Pereira (Amparar), Verônica Ennes (Casa Flores), Patrícia Rodrigues (Instituto Nova Rota), Fábio Pereira (Amparar), Tempestade (FEDSP), Cláudio Soares (Ad. Peniel/Associação Projeto Amor em Movimento), Guilherme (Nova Rota), Camila Felizardo (Nova Rota), Ivete Belfort (Palavras de Paz), Marina Lage Drumond (Casa Flores), Viviane Balbuglio (FEDSP).

Às **14:15** do dia **08** do mês de **agosto** do ano de **2023**, na Rua Líbero Badaró, 119, no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos e Familiares) e a Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos e Familiares) presidiram a

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

reunião.

A Sra. Paula agradeceu a todos e todas presentes no evento, e apresentou a assessora Giovanna Carlos, cientista social de formação e parte da equipe da Coordenação da política. E a sra. **Julia Lima** (SMDHC - Egressos e Familiares), estagiária de Serviço Social e também parte da equipe. Paula apresentou o setor que tem servido de apoio neste começo, a Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representada pela sra. **Ellen Souza** (SMDHC - CPDDH) e pediu que os presentes se apresentassem, dizendo o nome e a organização que representam, para aqueles que participam de organizações e movimentos sociais.

Após a apresentação individual dos presentes indicados acima, a sra. Paula informou que o objetivo do Grupo de Trabalho é a construção de orientações coletivas para a política municipal, entendendo demandas da população e possibilidades de atuação.

A sra. Giovanna ressaltou a importância da participação da sociedade civil através das organizações e movimentos sociais, nesse momento de construção da política municipal. Acrescentou que algumas secretarias, consideradas essenciais, serão oficiadas para que indiquem representantes que devam participar em todas as reuniões, tendo em vista que é necessário a articulação de diversas políticas municipais para a concretização da Lei nº 17.933/2023, sendo essas: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET). Citou ainda secretarias que poderiam ser convidadas como: Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), Secretaria Municipal de Justiça (SMJ), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), bem como espaços externos à PMSP a serem convidados, eventualmente ou não, tais como: Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo.

A seguir, apresentou a dinâmica da reunião e o cronograma de reuniões, bem como das respectivas pautas que serão tratadas em cada uma, sendo estas, respectivamente: A discussão da Política Nacional e comparação com a Política Municipal; Política de Direitos Humanos e cidadania; Política de Saúde; Política de Assistência Social; Política de educação; Políticas de trabalho e renda e mobilidade; Políticas estaduais (SAP, SES, SEDS); Interfaces com o sistema de justiça; Conselho Municipal de Políticas; e por fim, aprovação do relatório final do Grupo de Trabalho. Tendo ainda o saldo de duas reuniões com temáticas livres a serem sugeridas pelo Grupo no decorrer das reuniões.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

Em seguida à apresentação da proposta, a sra. **Kátia Muniz** (STS Lapa Pinheiros) questionou a ausência da SEHAB entre as secretarias consideradas essenciais. Paula respondeu que, apesar de entender todas as secretarias fundamentais, o mapeamento de secretarias baseou-se nas demandas mais recorrentes e na necessidade de não burocratizar o espaço do GT, tendo em vista que o processo de nomeação de representantes pode ser demorado, o que poderia atrasar a realização do Grupo. Dito isto, pede aos presentes opiniões sobre a inclusão ou exclusão de secretarias. Assim, a sra. **Helen Baum** (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere) afirmou que entende que a participação da SEHAB é imprescindível, havendo a concordância dos demais.

A sra. **Verônica** (Casa Flores) solicitou o encaminhamento da apresentação com a estrutura do GT e a sra. Paula informou que tanto a apresentação quanto a ata serão encaminhadas para os presentes, até uma semana antes da próxima reunião, que ocorrerá no dia 19 de setembro.

Posto isto, a sra. **Ivete Belfort** (Palavras de Paz) afirmou que falta espaço para as ONGs que atuam na pauta e sinaliza a relevância do Programa Operação Trabalho (POT), que teve como resposta o questionamento da sra. Helen, a qual pontuou as limitações do Programa e a necessidade de alteração para o seu funcionamento efetivo. A sra. Giovanna complementou que a proposta é que o POT seja discutido na reunião que tratará das Políticas de trabalho e renda e mobilidade, juntamente com o Pró-Egresso.

A sra. **Viviane Balbuglio** (FEDSP) sugeriu, em seguida, que a equipe do setor de Atenção à População Egressa e Familiares passasse a acompanhar as “saidinhas”, atuando junto aos movimentos sociais. A Sra. **Tempestade** (FEDSP) deu continuidade à fala de Viviane ressaltando a importância de garantir a passagem para a população restrita de liberdade e egressa, inclusive nas saidinhas.

Disse também que esperava a presença do Deputado Eduardo Suplicy ou de sua equipe e relatou o progresso de um projeto elaborado conjuntamente por movimentos sociais, que consistia em estabelecer que as empresas com contratos de licitação da Prefeitura reservassem de 25% a 30% das posições de trabalho para egressos do sistema prisional. No entanto, devido à pandemia da COVID-19, a iniciativa foi temporariamente interrompida. Quando as discussões foram retomadas, uma proposta de alocar somente 0,5% das vagas para egressos foi apresentada, provocando objeções e levando finalmente ao arquivamento do projeto.

Ainda abordou as dificuldades enfrentadas na busca por conquistas por parte daqueles que se encontram privados de liberdade. São mencionados indivíduos que, embora já devessem ter retornado à liberdade, permanecem reclusos devido a negligências.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

Destacou a pena de multas como um obstáculo, enfatizando a necessidade que a mesma seja revogada, bem como a relevância de que a remissão da pena por meio do trabalho de pessoas em cumprimento de pena em regime semiaberto possa ser validada por atividades alternativas ou informais. Reforçou a necessidade de políticas públicas efetivas para o público em questão

Por fim, observou que 85% desses indivíduos enfrentam carências fundamentais durante o período de detenção, levantando a questão de como poderiam acessar oportunidades educacionais visando a remissão da pena. Também expressou preocupação quanto à ausência de documentação que ateste a conclusão de estudos realizados no ambiente prisional, enfatizando a necessidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em seguida, a sra. Ivete propôs que a reunião sobre políticas de trabalho e renda e mobilidade fosse antecipada, e Tempestade ressaltou a importância do trabalho para evitar o retorno ao cárcere e a necessidade de extinção da pena de multa. Concordando, Paula enfatizou a relevância de comparar a realidade vivida pela população com as leis vigentes relacionadas à realidade vigente e ao contexto legal. Além disso, ofereceu uma explicação sobre a sequência e estrutura das reuniões.

Tempestade acrescentou também que para a efetivação da política o acompanhamento deveria ter início quando a população é ainda pré-egressa, para que ao sair, recebam apoio e acessem seus direitos e serviços sociais.

Ao ser questionada pela sra. Ivete sobre quando seria discutida a pena de multa, sra. Paula sugeriu que a discussão ocorra na reunião sobre políticas estaduais ou interfaces com o sistema de justiça.

O sr. **Marcelo Marchesini** (SGM - SEPE) solicitou a inclusão da Secretaria de Governo Municipal na nomeação de representantes e nas discussões, tendo em vista a necessidade de obter apoio interno para a priorização da agenda em questão e facilitar o diálogo com outras questões relevantes. Quanto à sequência das reuniões, ele destacou que todos os temas abordados são pertinentes, no entanto, sugeriu que a estruturação das temáticas seja de acordo com as demandas que surgirem durante o processo.

Assim, a sra. **Marina Lage Drumond** (Casa Flores) sugeriu que houvesse uma votação para a definição da próxima temática, bem como a inclusão da política de assistência jurídica em algum dos temas existentes e a antecipação da reunião sobre a política de saúde, para que esta ocorra antes da discussão sobre política de assistência social. A sra. **Maria Rilda** (Amparar) enfatizou que a discussão sobre saúde deve ser priorizada, a vista da quantidade de denúncias acerca da insalubridade, doenças e suas decorrências nas unidades prisionais. A sra. Helen pontuou sobre a suspensão do tratamento de câncer para as pessoas que estão

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

restritas de liberdade.

A seguir, foi questionado pela sra. **Sofia Fromer** (ITTC), o que caracteriza-se como Política de Direitos Humanos e cidadania e a sra. Paula explicou que trata-se das possibilidades e limites que a SMDHC tem frente a pauta, entendendo o que é esperado e previsto para o município. Sofia pontuou ainda que esta discussão poderia ser realizada ao final do GT, priorizando as demandas consideradas mais urgentes. Apesar de concordar com a priorização da saúde, a sra. **Camila Felizardo** (Nova Rota) ressaltou a importância de entender as possíveis ofertas da SMDHC e o que pode ser feito em relação às demais temáticas.

Foi sugerido também, pelo sr. Marcelo Marchesini (SGM - SEPE), que houvesse uma diminuição da periodicidade das reuniões, sendo quinzenais e não mensais. A sra. Paula propôs que nesse primeiro momento do Grupo de Trabalho poderiam ser quinzenais e, posteriormente, voltarem a ser mensais, intercalando-as entre reuniões presenciais e virtuais, tendo em vista as possibilidades e limites de atuação da equipe. Complementando-a, a sra. Giovanna enfatizou a dificuldade e processo burocrático precisos para mobilizar os agentes do município, externos à SMDHC, que são necessários a vista da interseccionalidade das temáticas, e para instituir oficialmente o Grupo de Trabalho, como a portaria do GT. Mantendo assim a realização de reuniões quinzenais.

Ao ser questionada sobre possíveis indicações de leituras para as reuniões pela sra. **Adriana Fernandes da Silva** (SME - DIEJA), Giovanna explicou que a proposta é a elaboração de um drive com os documentos e textos considerados relevantes para as discussões. Além disso, Helen e Tempestade perguntaram sobre os demais meios de comunicação do grupo. A sra. Tempestade também perguntou se a política estadual será discutida e obteve como resposta que apesar de ser tratado, em um primeiro momento, a política nacional e municipal, isso não exclui a possibilidade de debaterem a política estadual, entendendo o que cada legislação prevê.

Em seguida, a sra. Paula anunciou a pausa para o coffee-break.

Logo após o coffee-break, a sra. Paula propôs a leitura coletiva da Lei Municipal, com o objetivo de discutir as possibilidades e limites de atuação e articulação com pastas exteriores à SMDHC. A Sra. Giovanna completou comentando sobre os diversos instrumentos que podem ser utilizados ou elaborados para efetivação da lei.

O sr. **Fabio Pereira** (Amparar) observou que o espelhamento entre a política municipal e nacional é de grande relevância. Ele mencionou que, no contexto da organização "Amparar", considerou-se a elaboração de guias de orientação, abordando individualmente cada artigo, com o propósito de compreender suas disposições e os agentes responsáveis,

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

bem como mapear os serviços e suas operações correspondentes. Além disso, destacou a importância de realizar formações de capacitação nos serviços e sugeriu a criação de um subgrupo de trabalho dedicado a analisar os artigos. Por fim, ressaltou a necessidade de afastar a concepção de caridade e assistencialismo.

A sra. **Viviane** (Amparar) recomendou a leitura de uma pesquisa realizada em colaboração com a iniciativa negra, visando as abordagens e articulações intersetoriais. Ela propôs uma análise das modificações ocorridas no Projeto de Lei do Município desde sua primeira versão, e explorando maneiras de disseminar eficazmente essas mudanças nos diversos serviços. Indagou ainda sobre a abordagem da SMDHC em relação à formação e aos aspectos orçamentários. Também destacou a importância de implementar gradualmente a legislação nos territórios a fim de subsidiar as ações promovidas pela secretaria.

Paula reiterou em sua resposta que a institucionalização da pauta se dá por meio de CPPDH (Coordenadoria de Promoção e Defesa de Direitos Humanos), até o presente momento, de modo que o setor não possui total autonomia e nem dotação orçamentária própria. Ela destacou que obtivemos acesso a todas as versões do PL e expõe a possibilidade de buscarmos formas alternativas de estabelecer ferramentas adicionais a fim de garantir aspectos não explicitados na legislação atual.

Ainda sobre a questão orçamentária, a sra. Sofia (ITTC) abordou a esfera estadual ao mencionar a iminente aprovação do Plano Plurianual, prevista para a próxima semana. Ela ressaltou a importância da dimensão orçamentária e destacou a possibilidade de propor emendas relacionadas à pauta em discussão.

Questionada pela sra. **Kauanne Santos** (SGM - SEPE) sobre o que caracteriza-se enquanto “marcador social da diferença” (termo presente no texto da lei), Paula explicou que trata-se das vulnerabilidades sociais para além do cárcere. Assim, Kauanne indagou sobre a possibilidade de o termo não ser de fácil entendimento para a população e Paula comentou que embora não seja possível efetuar alterações diretas no texto lei, há esforços para tornar a lei mais acessível, visando facilitar a compreensão das disposições previstas na lei para o público. Destacou que as atividades de formação desempenham um papel crucial nesse sentido, ao oferecer elucidação sobre a legislação e os direitos correlatos.

A sra. Verônica (Casa Flores) abordou a questão da sistematização da base de dados, indagando se já há alguém dedicado a essa iniciativa e se existe um plano delineado para essa sistematização. Ressaltou a relevância de ter um indivíduo responsável por esse aspecto participando ativamente das reuniões.

Paula explicou que, atualmente, não dispomos de um responsável dedicado à elaboração desse mapeamento. No entanto, informou que estamos em processo de

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

obtenção de dados provenientes de organizações externas e dos serviços já presentes na estrutura da prefeitura. Enfatizou novamente a relevância da colaboração conjunta das secretarias municipais e destacou que, embora os dados ainda não estejam disponíveis, estamos ativamente em busca dessas informações por meio das solicitações realizadas.

Finalizando, Verônica (Casa Flores) sugeriu a inclusão no relatório final do Grupo de Trabalho da relevância e necessidade de desenvolver uma base de dados.

Ainda sobre o levantamento de dados, Tempestade (FEDSP) apresenta a sugestão de que o processo comece pelo regime semiaberto, com o objetivo de compreender a realidade dentro do sistema e quantificar quantas pessoas estão prestes a ser liberadas. Afirmou também que o regime semiaberto pode ser percebido de maneira distorcida, descrevendo-o como “fake”. Ademais, mencionou que durante a pandemia, os registros de mortes foram subnotificados pelo Estado, levantando dúvidas sobre a confiabilidade dos mesmos, contrapondo-os com os dados apresentados pelo NESC (Núcleo Especializado de Situação Carcerária) em seus relatórios de visitas. Disse, por fim, que é de extrema necessidade coletar informações sobre as questões de saúde que encontram-se de maneira alarmante.

Em seguida, a sra. Camila (Nova Rota) destacou a discrepância entre a Lei de Execução Penal (LEP), que considera alguém como egresso somente após um ano e ressaltou que, no entanto, essa pessoa não deixa de enfrentar dificuldades após esse período. Sobre a temporalidade, a sra. Paula (SMDHC - Egressos) informou que, diferentemente da LEP, a Lei Nacional estabelece um período de três anos para a definição de egresso e a Lei Municipal não apresenta marco temporal. A sra. Giovanna (SMDHC - Egressos) acrescentou que internamente na coordenação não existe um limite temporal para definir quem é egresso. No que diz respeito aos dados, esforços estão sendo feitos por meio do envio de ofícios para solicitar informações.

Posteriormente, a sra. Katia (STS Lapa Pinheiros) comentou sobre a estrutura da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e ressaltou a importância de compreender a perspectiva da SAP no acompanhamento e trabalho com os egressos e pessoas restritas de liberdade. Destacando a necessidade de estabelecer uma relação com as coordenadorias da SAP para compreender o que está sendo realizado internamente e como isso pode se refletir externamente. Como resposta, a sra. Camila (Nova Rota) expressou sua visão de que a SAP não está cumprindo adequadamente suas responsabilidades, considerando-a negligente para com a população, colocando fim às discussões.

Sem mais demandas e questões a serem discutidas na reunião do GT, a sra. Paula conduziu a leitura dos encaminhamentos para o coletivo.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

Os encaminhamentos estabelecidos foram:

Gerais:

- Inclusão da SEHAB e da SGM/SEPE entre os órgãos oficiados pela SMDHC para participação do Grupo de Trabalho;
- Dedicar uma das reuniões do GT para discutir a participação do terceiro setor na pauta;
- Modalidade das reuniões serão virtual ou presencial, sem a possibilidade de realizar de forma híbrida;
- A temática de cada reunião será definida na reunião anterior, tendo como tema do dia 19/09 o debate sobre as políticas Nacional e Municipal;
- Inclusão da temática “pena de multa e assistência jurídica” na reunião de Interfaces com o sistema de justiça;
- Articulação com os movimentos sociais para a participação efetiva do setor de Egressos e Familiares nas “saidinhas”.
- Discussão da atuação da SAP tendo em vista as possibilidades de atuação da SMDHC.

Por parte do setor de Egressos e Familiares:

- Retomada da temática da reunião anterior e informes, bem como da atuação da SMDHC na coordenação da política municipal;
- Repasse do convite para os demais espaços e órgãos por meio da publicação da Portaria de criação do Grupo de Trabalho e dos Ofícios de Convocação;
- Encaminhamento da ATA e disponibilização do drive para inclusão de material teórico.

Por fim, agradeceu novamente a presença de todos, colocando a equipe à disposição para demais conversas, dúvidas e sugestões e encerrando a discussão.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

ANEXO 1

Lista de siglas

1. CnR - Consultório na Rua;
2. CPDDH - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
3. CPD _ Coordenação de Políticas sobre Drogas
4. CPIPTD - Coordenação de Políticas Para Migrantes e Promoção do Trabalho Decente;
5. CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
6. CPM - Coordenação de Políticas para as Mulheres;
7. CPPI - Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa;
8. CPPSR - Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua;
9. CRSC - Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania;
10. DIEJA - Divisão de Educação de Jovens e Adultos;
11. DPE - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
12. FEDSP - Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo;
13. ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
14. NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária;
15. ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;
16. SAP - Secretaria Estadual de Administração Penitenciária;
17. SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;
18. SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;
19. SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
20. SMC - Secretaria Municipal de Cultura;
21. SMDDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
22. SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
23. SME - Secretaria Municipal de Educação;
24. SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação;
25. SMJ - Secretaria Municipal de Justiça;
26. SMS - Secretaria Municipal da Saúde;
27. SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
28. STS - Supervisão Técnica de Saúde Lapa/Pinheiros.